



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482014000100147

DOI: 10.1590/141598481817

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2014 by UFRJ/Instituto de Economia. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

O ETERNO RETORNO DE KEYNES

Rogério P. de Andrade^a

^aProfessor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Resenha recebida em 17/03/2014 e aceita em 07/07/2014.

Resenha do livro: KING, J. E. (Ed.) *The Elgar Companion to Post Keynesian Economics*. 2 ed. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2012.

Este livro organizado por John King é uma atualização oportuna e bem-vinda da primeira edição (King, 2003). Após cerca de 10 anos, ainda continua uma referência importante para o estudo das ideias da escola de pensamento econômico pós-keynesiana. É um guia de consulta não só para pós-keynesianos de carteirinha ou simpatizantes, mas também para todos aqueles interessados em aprofundar temas vitais para o pensamento econômico heterodoxo.

O pós-keynesianismo surge e se consolida como uma escola de pensamento no campo heterodoxo a partir da insatisfação com os rumos tomados pela revolução keynesiana. A interpretação questionável da *Teoria Geral* (TG) de Keynes que se tornou hegemônica (mas não consensual) a partir da ascensão da síntese neoclássica provocou reações indignadas de economistas que viam aí uma deturpação inaceitável da verdadeira mensagem de Keynes. Inicialmente, as reações deram-se na forma de vozes isoladas, como as de Joan Robinson (que cunhou o termo keynesianismo “bastardo”), Nicholas Kaldor, Richard Kahn, Sidney Weintraub e George Shackle, entre outros. Posteriormente, com um pé em Keynes e outro em Kalecki, consolidou-se como um

corpo teórico alternativo (com implicações claras de política econômica) a partir dos trabalhos de Paul Davidson, Hyman Minsky, Alfred Eichner, Victoria Chick, Jan Kregel etc.¹ Como resultado da pesquisa teórica e empírica no âmbito de uma “ciência normal” à la Thomas Kuhn, há hoje no mercado uma série de “manuais” pós-keynesianos, como Arestis (1992), Carvalho (1992), Lavoie (1992), Palley (1996), Davidson (1994, 2011), Macedo e Silva (1999) etc. Assim, a crítica pós-keynesiana à síntese neoclássica (e também ao atual *mainstream*) manifesta-se em termos *inter*-paradigmas e não *intraparadigmas*, como foram, por exemplo, as críticas internas do monetarismo friedmaniano ou dos novos clássicos. Em outras palavras, o pós-keynesianismo pretende não um aperfeiçoamento ou uma recauchutagem do saber econômico convencional ora dominante, mas uma substituição de paradigmas, por meio de uma reconstrução, em novas bases, da análise econômica (enquanto economia política) a partir de Keynes e de outros autores heterodoxos, como Kalecki, Schumpeter, Marx etc.

A economia pós-keynesiana é uma escola crítica de pensamento econômico baseada em uma interpretação particular da *TG* de Keynes. Representa tanto uma retomada quanto uma extensão das ideias de Keynes (cf. King, 2008). Retomada porque os pós-keynesianos acreditam que a interpretação de Keynes no âmbito da síntese neoclássica (e também dos novos keynesianos) é equivocada. Extensão porque contemplam questões importantes que Keynes não discutiu, como distribuição da renda, conflito distributivo, inflação, crescimento econômico, progresso técnico, desenvolvimento, formação de preços em mercados oligopolistas etc.

Esta escola possui uma abordagem peculiar no que diz respeito à metodologia, teoria e política econômica. No âmago da teoria está o princípio da demanda efetiva: a produção e o emprego são, normalmente, condicionados pelo lado da demanda (*demand-constrained*) – e não pelo da oferta (*supply-constrained*). As restrições de demanda sobre a produção e o emprego não estão restritas ao curto prazo. Tais restrições não são o resultado de imperfeições de mercado ou rigidezes de salários e preços, mas, ao contrário, devem ser explicadas em termos das características do dinheiro e da influência ubíqua da incerteza fundamental.

Como não poderia deixar de ser, existem algumas discordâncias internas acerca das devidas ênfases que devem ser dadas a autores e/ou temas. King (2008) sugere que existem três vertentes básicas (ou “modelos” macroeconômicos de determinação do produto e do emprego no período curto), compatíveis entre si, dentro do guarda-chuva pós-keynesiano: o modelo kaleckiano, o modelo davidsoniano de oferta e demanda agregada e a hipótese da instabilidade financeira de Minsky.

¹ Para uma história do pós-keynesianismo, consultar, por exemplo, King (2002) e/ou Harcourt (2008).

A despeito de eventuais conflitos tópicos, as várias vertentes tendem a aceitar as principais proposições da visão de mundo pós-keynesiana. De acordo com King (2008) (com base em A. Thirlwall), a visão de Keynes e pós-keynesianos poderia ser resumida nas seguintes ideias centrais, que conformariam uma espécie de “plataforma mínima”: 1) a produção e o emprego são determinados no mercado de produtos, não no mercado de trabalho; 2) o desemprego involuntário existe; 3) um aumento da poupança não gera um aumento equivalente do investimento; 4) uma economia monetária é fundamentalmente diferente de uma economia de escambo (o dinheiro enquanto um ativo afeta a economia no curto e no longo prazo); 5) se tiver alguma validade, a teoria quantitativa da moeda só se aplicaria a situações de pleno emprego – pressões de custo podem gerar inflação bem antes que este estado seja alcançado; 6) as economias capitalistas são impulsionadas pelos “*animal spirits*” dos empresários, que influenciam fortemente as decisões de investir; 7) segue daí que a Lei de Say é falsa. Em tempos de “normalidade”, o capitalismo não atingirá ou sustentará o pleno emprego sem intervenção governamental. Assim, defendem o uso sistemático e ativo das políticas fiscal e monetária para regular a demanda agregada. Portanto, rejeitam as proposições da macroeconomia do *mainstream* acerca da ineficácia da política econômica.

Esta nova edição do livro de King é mais abrangente do que a edição anterior em vários aspectos. Primeiro, o número de verbetes passou de 80 para 112. Dos verbetes anteriormente presentes na primeira edição, vários foram atualizados e/ou aprimorados. Em particular, deu-se uma atenção redobrada à dinâmica (e à necessidade de reforma e regulação) dos mercados financeiros, por motivos óbvios. Segundo, buscou-se ampliar o alcance geográfico, com verbetes (ausentes na edição anterior) que contam a história do pós-keynesianismo em vários países, como Austrália, Áustria, Alemanha, Itália e Japão.

É digno de nota que o Brasil teve sua participação aumentada. Além de ter sido contemplado com um verbete escrito a quatro mãos por Fernando Ferrari Filho (FFF) e Luiz Fernando de Paula (LFP), o Brasil ganhou uma dimensão maior nesta nova edição em termos de número absoluto de contribuições. Na primeira edição, aparecem apenas dois economistas brasileiros, a saber, Fernando Cardim de Carvalho (“*Central Banks*”) e Rogerio Studart (“*Development Finance*”). Nesta nova edição, além destes dois já mencionados, participam também David Dequech (“*Conventions*”), Flavia Dantas (“*Time-series Econometrics*”) e os já mencionados F. Ferrari Filho e L. F. de Paula (“*Brazil*”). No entanto, em um universo de 112 verbetes, isto representa apenas 4,46 % do total, sem dúvida alguma uma participação relativa muito baixa. Talvez isto seja um reflexo de que, do ponto de vista da produção acadêmica internacional, em geral, os pós-keynesianos brasileiros sejam, com algumas exceções, mais “imitadores” do que “inovadores”, para usar a classificação que Schumpeter concebeu para outro

contexto. Se isto for verdade, há uma contradição curiosa aí: embora muito bem disseminado na academia brasileira, o que denota uma realidade local praticamente sem paralelo no resto do mundo, com várias instituições de primeira linha oferecendo cursos de economia com forte presença de ideias verdadeiramente keynesianas, o Brasil não exibe a mesma performance quantitativa e qualitativa quando se trata de publicações internacionais de livros e artigos de autores pós-keynesianos nativos.

Neste verbete sobre o Brasil, FFF e LFP narram as origens da presença das ideias pós-keynesianas no país, identificando a importância do estruturalismo latino-americano para a disseminação das mesmas, principalmente através da popularização de Keynes feita por Raul Prebisch. FFF e LFP apontam corretamente para o papel institucional exercido pela Unicamp e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no processo de difusão de ideias pós-keynesianas e formação de quadros legitimamente keynesianos². No entanto, gostaria de acrescentar que enquanto que o pós-keynesianismo que se desenvolveu na Unicamp pode ser caracterizado como mais abrangente no uso de suas fontes de inspiração (Kalecki, Keynes, Schumpeter, Marx), o da UFRJ seria mais “davidsoniano”.

No processo de enraizamento das ideias pós-keynesianas no Brasil, é importante ressaltar, embora Ferrari-Filho e de Paula não mencionem isto, que um evento crucial para a construção da identidade pós-keynesiana no país foi o debate sobre o princípio da demanda efetiva (PDE), que teve lugar no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Sem dúvida, este foi um importante episódio, se não for o episódio, para a emergência e posterior consolidação local desta escola de pensamento econômico. Esta controvérsia deu-se na forma de um debate entre economistas heterodoxos brasileiros acerca da importância deste princípio, tal qual teorizado por Keynes e Kalecki, para o estudo da dinâmica econômica capitalista.

Maria da Conceição Tavares (MCT) foi a primeira autora a se debruçar de forma mais atenta sobre o significado do princípio da demanda efetiva nos termos propostos por Keynes e Kalecki (Tavares, 1974, 1978)³. O debate surgiu a partir de uma intervenção de Antonio Barros de Castro, no texto intitulado “Por que não Kalecki”, incluído em seu livro *O Capitalismo Ainda É Aquele*, de 1979, em que criticou a teoria do ciclo econômico de Kalecki. Nas respostas à Castro, nasceu a controvérsia. Possas e Baltar (1981), por meio de um trabalho apresentado originalmente em 1979 no encontro anual da ANPEC, retomaram a discussão do ciclo em Kalecki a partir do PDE e enfatizaram suas implicações dinâmicas. Castro (1980) procurou rebater as críticas destes

² Para uma narrativa semelhante, ver Carvalho (2008).

³ Andrade e Silva (2010) procuraram identificar as principais matrizes teóricas (Marx, Keynes, Kalecki) do pensamento econômico de Tavares.

autores e incluiu Keynes e Steindl em sua mira. Na sequência, Tavares e Belluzzo (1981) defenderam Keynes e reforçaram a importância teórica do PDE. Em resposta a estes últimos, Castro (1981) retomou novamente suas críticas. Após um breve interregno, a controvérsia parecia ter se “esfriado”. Coube a Possas (1987 [com base em trabalho finalizado originalmente em 1983], 1986) retomar a discussão sobre o PDE e colocá-la em uma dimensão analítica mais geral, apresentando um novo tratamento deste conceito. A interpretação de Possas do PDE consolidou-se e tornou-se uma referência indispensável para os que vieram posteriormente a se interessar pelo assunto⁴.

A compreensão cabal do enraizamento do pós-keynesianismo no pensamento heterodoxo brasileiro não pode deixar de mencionar o papel desempenhado pela militância de MCT. Como tinha uma inserção como professora e pesquisadora tanto na UFRJ como na Unicamp, promoveu uma interação profícua não só entre estas duas instituições, mas também com outras de orientação igualmente heterodoxa. Sua participação ativa nos meios acadêmicos e políticos do país contribuiu para dar visibilidade às novas ideias e interpretações que então surgiam.

Se Tavares desempenhou o papel de pioneira, ao “abrir a picada no mato”, outros pavimentaram e alargaram as avenidas abertas, levando a novos caminhos e horizontes. Neste sentido, ao alçarem a visão pós-keynesiana a outros patamares, as obras de Fernando Cardim de Carvalho, na UFRJ, e de Mario Possas, na Unicamp e na UFRJ, devem, em particular, ser destacadas.

Carvalho foi discípulo/orientando de Paul Davidson na Universidade Rutgers nos EUA. Suas primeiras intervenções já se dão nos anos 1980 (Carvalho, 1983-84, 1984-85, 1988). Desde então, tem contribuído sistematicamente, dentro e fora do país, para o desenvolvimento desta escola. Por sua vez, a trilogia de Possas (1985, 1987, 1989), originalmente uma tese de doutorado defendida na Unicamp sob a orientação de MCT, foi crucial para consolidar o pós-keynesianismo no Brasil. Provavelmente, foi o autor que mais longe levou uma integração consistente das ideias de Keynes, Kalecki, Marx e Schumpeter. Sintomaticamente, a reunião de 2013 da Associação Keynesiana Brasileira reconheceu a importância deste autor ao promover uma homenagem ao mesmo. Em suma, uma história que se pretende sincera, sem vieses de qualquer natureza, acerca das origens e da consolidação do pós-keynesianismo no país deve necessariamente fazer jus ao papel desempenhado por estes autores.

Que Keynes é ainda atual e imprescindível, quase ninguém duvida. Na esteira da crise financeira e econômica que teve seu epicentro no mercado imobiliário *subprime*

⁴ Em sua “macroeconomia sem equilíbrio”, Macedo e Silva (1999), por exemplo, faz uso extensivo da interpretação de Possas do PDE.

norte-americano, em 2007, e posteriormente irradiou-se para a economia mundial, dando lugar à chamada “Grande Recessão”, Robert Skidelsky pode anunciar triunfalmente, sem meias palavras, o “Retorno do Mestre” (Skidelsky, 2009). Mas, a despeito do que, à primeira vista, pode parecer mais um novo “modismo”, pode-se afirmar que há uma linha de reflexão e pesquisa que vem de longa data e que procura, a partir das obras de Keynes (mas não só), desenvolver, de forma consistente, uma abordagem econômica alternativa. Assim, para os que “militam” neste “movimento”, não pode haver nenhum tipo de “retorno do mestre”, pois o mesmo jamais havia partido, muito menos havia sido esquecido. Ao se inserir nesta corrente, este livro organizado por John King contribui de forma indiscutível para manter vivo o espírito crítico e realista desta escola de pensamento econômico. Neste sentido, a melhor prescrição contra todo e qualquer “novo consenso macroeconômico” continua sendo o velho bom senso keynesiano.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. P.; SILVA, R. C. Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 4, out./dez. 2010.
- ARESTIS, P. *The Post Keynesian Approach to Economics*. Aldershot: Edward Elgar: 1992.
- CARVALHO, F. J. C. On the concept of time in Shackle and Sraffian economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 6, n. 2, Winter, 1983-84.
- CARVALHO, F. J. C. Alternative analysis of short and long run in post Keynesian Economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 7, n. 2, Winter, 1984-85.
- CARVALHO, F. J. C. Keynes on probability, uncertainty, and decision making. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 11, n. 1, Fall, 1988.
- CARVALHO, F. J. C. *Mr. Keynes and the Post Keynesians*. Aldershot: Edward Elgar, 1992.
- CARVALHO, F. J. C. Keynes e o Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 17, num. especial, dez. 2008.
- DAVIDSON, P. *Post Keynesian macroeconomic theory*. 2 ed. Cheltenham: Edward Elgar, 2011.
- HARCOURT, G. C. *The structure of Post Keynesian economics: the core contributions of the pioneers*. Cambridge, UK: CUP, 2008.
- KING, J. E. *A history of Post Keynesian economics since 1936*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- KING, J. E. (Ed.) *The Elgar companion to Post Keynesian economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- KING, J. E. (Ed.) “Post Keynesian economics”. In: BLUME, L. E.; Durlauf, S. N. (Eds.) *The New Palgrave Dictionary of Economics*. 2 ed. New York: Palgrave Macmillan, 2008, p. 532-539.
- LAVOIE, M. *Foundations of Post Keynesian economic analysis*. Aldershot: Edward Elgar, 1992.
- MACEDO E SILVA, A. C. *Macroeconomia sem equilíbrio*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- PALLEY, T. I. *Post Keynesian economics: debt, distribution and the macro economy*. New York: St. Martin's Press, 1996.
- POSSAS, M. L. *Estruturas de mercado em oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- POSSAS, M. L. Para uma releitura teórica da *Teoria Geral*. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 16, n. 2, ago. 1986.
- POSSAS, M. L. *A dinâmica da economia capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POSSAS, M. L. *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1989.
- TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1974.
- TAVARES, M. C. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Tese de Professor Titular, Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.